

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.516 - RJ (2019/0012741-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA

RECORRENTE : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR : MÁRCIA VIEIRA MARX ANDRADE - RJ051577

ES

ROBERTO SARDINHA JUNIOR - RJ066540

BEATRIZ VARANDA E OUTRO(S) - RJ076944

RECORRIDO : ILKA DOS SANTOS

ADVOGADO : CARLOS FREDERICO DA SILVA - RJ063651

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 11ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento de agravo interno, assim ementado (fls. 226/238e):

AGRAVO INOMINADO HOSTILIZANDO DECISÃO EM QUE SE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO OFERTADO PELO AGRAVANTE. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. TRANSEUNTE QUE SOFRE QUEDA EM BUEIRO MAL CONSERVADO. RESPONSABILIDADE DO ENTE MUNICIPAL. PRECEDENTES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. CORREÇÃO DO DECISUM QUANTO À INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO QUE SE RESUME NA RENOVAÇÃO DAS ALEGAÇÕES SOBRE QUESTÕES JÁ EXAMINADAS E RECHAÇADAS NO DECISUM ORA EM TESTILHA. DESPROVIMENTO DO AGRAVO INOMINADO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 261/267e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos arts. 927, 944 e 844, do Código Civil, porquanto a condenação da municipalidade em danos morais afigura-se excessiva e desarrazoada.

Com contrarrazões (fls. 286/296e), o recurso foi inadmitido (fls. 305/306e), tendo sido interposto Agravo (fls. 317/322e), posteriormente convertido em Recurso Especial (fl. 354e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão

realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou acerca da responsabilidade da municipalidade e manutenção do quantum debeatur, nos termos fixados pelo Juízo de 1º grau (fls. 179/191e):

Trata-se de recurso de apelação ofertado em face da sentença (fls. 126/131) do MM. Juízo da 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital que julgou parcialmente procedente o pedido, condenando o réu ao pagamento da importância de R\$ 15.000,00 pelos danos morais infligidos à autora, vítima de queda em bueiro, evento do qual resultaram lesões.

Apela o réu (fls. 132/142), aduzindo, em síntese, que não houve prova do nexo causal; que “é imperioso que o particular comprove a omissão específica do Poder Público, vale dizer, o conhecimento do problema e a efetiva possibilidade de evitar o ocorrido”, em outras palavras, “a omissão específica somente restaria caracterizada na hipótese de o ente estatal ser cientificado da existência de um buraco na via pública e, em tempo hábil razoável, não tomar as devidas providências, o que não foi demonstrado no caso concreto;

que inexistente dano moral; que, de qualquer forma, a verba respectiva foi superestimada; que os juros de mora devem incidir a partir da data da fixação da verba reparatória;

e que é aplicável ao caso a regra da Lei nº 9.494/97.

Culmina por pedir a reforma da sentença.

(...)

E, no reexame da questão, verifica-se que a r. sentença deve manter-se, em seu ponto fundamental.

Extrai-se do contexto probatório que a autora sofrera queda em escoadouro de águas pluviais (bueiro), de tanto resultando lesões, como se constata da fotografia de fls. 39, bem como do boletim de seu pronto atendimento em hospital (fls. 28/28v.), documentos de fls. 29/38 e do Registro de Ocorrência de fls. 26/27.

Com efeito, o demandado responde objetivamente pelos danos sofridos pela autora, na forma do § 6º do art. 37 da CRFB/88, sendo incidente na espécie igualmente a Teoria do Risco Administrativo.

Resta a examinar, a existência do nexo de causalidade, já que, como referido, a responsabilidade do réu é objetiva.

E, nesse mister, verifica-se que este se evidencia pela prova oral colhida (fls. 118/123).

Assim, havia mesmo o réu de ser condenado ao pagamento de indenização dos danos morais sofridos pela autora, cujo montante, considerando-se as circunstâncias objetivas do evento, bem como a economia das partes e, ainda assim, os princípios que regem a espécie, afigura-se judicioso, pois observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ.

- 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).*
- 2. É inviável, em sede de recurso especial, o reexame de matéria fático-probatória, nos termos da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."*
- 3. Hipótese em que o Tribunal de origem assentou não haver sido demonstrada a responsabilidade civil objetiva do Estado em face de queda de cidadão em bueiro.*
- 4. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 1013880/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/03/2018).

PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANO MORAL. QUEDA EM BUEIRO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

- 1. A avaliação da responsabilidade da parte recorrente, in casu, depende da apreciação de elementos de prova, o que é inadmissível pelas vias de Recurso Especial em razão do óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".*
- 2. No que diz respeito ao quantum arbitrado a título de indenização, equivalente a R\$40.000,00 (quarenta mil reais), verifica-se que o*

Tribunal de origem igualmente levou em consideração os elementos fáticos constantes do processo, razão pela qual, neste ponto, também se impõe o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1728752/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/11/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUEDA EM BUEIRO. DANOS MORAIS. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ. PENSÃO MENSAL. SÚMULA 284/STF.

1. Esta Corte Superior entende ser possível rever o valor fixado a título de danos morais quando a quantia for irrisória ou exorbitante, o que não é o caso dos autos, assim rever o valor fixado na instância de ordinária implica o reexame dos elementos do autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

2. No tocante à verba honorária, o STJ firmou entendimento de ser possível revê-la quando o valor mostrar-se irrisório ou exorbitante, o que, novamente, não é o caso dos autos, dessa forma, analisar o valor estabelecido no Tribunal de origem implica o reexame das provas dos autos, incidência da Súmula 7/STJ.

3. Em relação ao valor fixado a título de pensão mensal, verifico que os recorrentes não apontam qual dispositivo de lei foi violado.

A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 800.227/MS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 12/02/2016).

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

